

03 · Estratégia

Povo Kamayurá · Apoio técnico voluntário externo · Versão de trabalho

Síntese

A pasta contém um acervo amplo do projeto: 198 arquivos, incluindo 77 documentos Markdown estruturados, 79 PDFs, planilhas, um DOCX do IPHAN, portal HTML, imagens e vídeo. A análise mostra que o projeto já tem base robusta, mas precisa ser consolidado em um plano único com governança, cronograma, orçamento, controle de acesso e prioridades.

O projeto deve ser tratado como um processo comunitário de salvaguarda Kamayurá, não como produção isolada de livro, site ou exposição. O eixo central é: CLPI, inventário participativo, acervo protegido, transmissão intergeracional, proteção jurídica, captação e difusão controlada.

O plano deve deixar claro que o protagonismo é do povo Kamayurá. Apoiadores externos atuam como voluntários e facilitadores técnicos para viabilizar o plano de salvaguarda, sem se apresentar como proprietários, autores ou protagonistas dos saberes, grafismos, cantos, imagens, narrativas ou decisões comunitárias. A origem do projeto deve reconhecer o desejo antigo do líder falecido Kamayurá citado nos documentos como Kotoc/Kotok/Kotoque/Cotoque, com grafia final a ser validada pela família e pelas lideranças, de proteger, registrar, transmitir e fortalecer o patrimônio cultural Kamayurá.

Plano de Execução

Junho-julho de 2026: Preparação e consulta

- Finalizar kit de campo: roteiro da reunião, ata, termo de anuência, autorização de imagem/voz, fichas de coleta, protocolo de conduta e matriz de acesso.
- Realizar reunião de lideranças em 3 de julho de 2026.
- Registrar condições comunitárias, representantes, conteúdos vedados e autorizações por finalidade.
- Apresentar apoiadores externos como voluntários técnicos para viabilizar o plano, sempre subordinados às decisões Kamayurá.
- Registrar, quando validado pelas lideranças e familiares, que o plano responde a um desejo antigo do líder falecido Kamayurá, preservando a grafia do nome aprovada pela comunidade.
- Nenhum registro cultural sensível deve ocorrer antes da validação comunitária.

Julho-setembro de 2026: Campo e inventário participativo

- Priorizar grafismos, cantos, narrativas, pigmentos, artefatos e contextos de uso autorizados.
- Usar fichas com código, detentor, contexto, restrições, consentimento e nível de acesso.
- Meta operacional recomendada: organizar um conjunto inicial de até 17 registros culturais relacionados, incluindo grafismos, ritos, mitos e cantos, com consentimento e nível de acesso

definidos item a item. Se a equipe, o orçamento ou a autorização não permitirem o conjunto completo, iniciar por recorte mínimo verificável e expandir apenas após nova validação.

- Fazer backup diário 3-2-1, com HD criptografado, cópia física e nuvem/servidor com 2FA.
- Garantir que o inventário seja apresentado como instrumento Kamayurá de proteção e transmissão, não como coleta externa.

Agosto-dezembro de 2026: Acervo, devolutiva e governança inicial

- Organizar acervo em pastas: brutos restritos, selecionados comunitários, materiais de acesso público autorizado, consentimentos, metadados e não publicar.
- Realizar devolutiva em até 15, 45 e 90 dias, conforme plano já existente.
- Preparar a metodologia da Escola/Oficina de Pintura Kamayurá com as mulheres detentoras, sem iniciar a fase piloto antes da validação comunitária e institucional.
- Materiais pedagógicos devem permanecer internos, salvo autorização específica.
- Deixar explícito que apoiadores externos podem ajudar com logística, documentação, materiais e captação, mas não ensinam grafismos nem definem conteúdos.

Agosto-dezembro de 2026: Governança jurídica e institucional

- Fazer due diligence das associações Mawayaka/Mawtsinin: CNPJ, diretoria, certidões, contabilidade, poderes de representação e capacidade de receber recursos.
- Formalizar protocolo comunitário de governança, acesso e repartição de benefícios.
- Tratar IPHAN, INPI, Biblioteca Nacional e ECAD como instrumentos complementares, nunca como substitutos do CLPI.
- Acionar cautela CGen/SisGen se houver plantas, pigmentos, sementes, óleos, resinas ou conhecimento associado à biodiversidade.
- Garantir que qualquer contrato, termo, licença ou proposta financeira reconheça a titularidade cultural Kamayurá e o papel voluntário/técnico dos apoiadores externos.

Setembro-outubro de 2027: Escola piloto de pintura com mulheres detentoras

- Validar com mulheres detentoras a Escola/Oficina de Pintura Kamayurá: educadoras, remuneração, participantes, materiais, frequência e limites de circulação.
- Executar a metodologia validada com as próprias artistas, respeitando autoria, transmissão interna e controle de circulação.
- Registrar aprendizados da fase piloto para orientar continuidade, materiais pedagógicos internos e eventual ampliação.
- Deixar explícito que apoiadores externos podem ajudar com logística, documentação, materiais e captação, mas não ensinam grafismos nem definem conteúdos.

Outubro-dezembro de 2027: Captação e planejamento de materiais autorizados

- Consolidar orçamento modular: campo, documentação, acervo, escola, jurídico-contábil, comunicação, devolutiva e assessorias.

- Submeter ou adaptar propostas para FUNAI/MNPI, Lei Rouanet/PRONAC, BNDES Cultura, Petrobras Cultural e fundações internacionais.
- Separar materiais de acesso público autorizado de materiais restritos; pitch, site, livro, exposição e portal só podem usar itens com aprovação expressa. A expressão "público" deve significar apenas acesso autorizado, nunca domínio público, propriedade estatal ou perda da titularidade cultural Kamayurá.
- Planejar 2028 como etapa de consolidação do dossiê IPHAN, não promessa de registro imediato.
- Toda narrativa de captação deve afirmar que o projeto é Kamayurá, inspirado no desejo antigo do líder falecido Kamayurá, com grafia validada antes de publicação, e com apoiadores externos atuando como voluntários para viabilização técnica.

Interfaces e Artefatos

- **Governança:** conselho de lideranças Kamayurá, grupo de mulheres detentoras, grupo de cantadores/anciãos e coordenação técnica voluntária de apoio.
- **Acervo:** taxonomia obrigatória com código, tipo, data, local, detentor, descrição, restrições, nível de acesso, consentimento e finalidade autorizada.
- **Níveis de acesso:** público aprovado, embargado, restrito do projeto, comunitário, sensível e vedado.
- **Produtos prioritários:** ata CLPI, relatório comunitário, inventário inicial, plano da escola de pintura, diagnóstico institucional, orçamento consolidado e dossiê de captação.
- **Produtos condicionais:** livro, exposição, portal de acesso público autorizado, marca coletiva e licenciamento comercial.
- **Narrativa institucional:** o plano deve sempre nomear os Kamayurá como protagonistas e os apoiadores externos como voluntários técnicos para viabilização.

Riscos e Controles

- **Maior risco ético:** assinatura sem compreensão plena. Controle: explicação simples, tempo de deliberação, tradução/mediação e registro de dúvidas.
- **Maior risco cultural:** divulgação de conteúdo sagrado. Controle: matriz de acesso e revisão comunitária antes de qualquer circulação.
- **Maior risco político:** comunicação colocar apoiadores externos como protagonistas. Controle: revisar todos os textos para centralizar os Kamayurá e descrever apoiadores externos como apoio técnico voluntário.
- **Maior risco financeiro:** associação irregular. Controle: due diligence antes de prometer captação ou recebimento direto.
- **Maior risco reputacional:** prometer royalties ou proteção jurídica excessiva. Controle: comunicar limites de INPI, ECAD, Biblioteca Nacional e IPHAN.
- **Maior risco operacional:** perda/vazamento de dados. Controle: backup 3-2-1, criptografia, 2FA e proibição de envio de brutos por WhatsApp.

Critérios de Sucesso

- Reunião de CLPI realizada com ata, representantes e condições registradas.
- O plano é reconhecido como Kamayurá, com referência validada ao desejo antigo do líder falecido Kamayurá.
- Apoiadores externos aparecem como voluntários técnicos para viabilização, não como protagonistas.
- 100% dos itens coletados com consentimento, finalidade e nível de acesso.
- Devolutiva comunitária entregue em formato simples e acessível.
- Mulheres detentoras remuneradas e reconhecidas como educadoras.
- Associação/proponente diagnosticada e caminho institucional definido.
- Pelo menos duas propostas de captação submetidas com narrativa e orçamento consistentes.
- Nenhum material de acesso público autorizado publicado sem aprovação específica.

Assumptions e Fontes

- Assumo que a grafia pública preferencial será **Kamayurá**, preservando **Kamaiurá** como variante bibliográfica quando necessário.
- Assumo que a grafia do nome do líder falecido deve ser confirmada antes de publicação final; os documentos e mensagens consultados trazem variantes como **Kotoc**, **Kotok**, **Kotoque**, **Cotoque** e **Catoque**.
- Assumo que os PDFs internos são versões geradas dos Markdown, então os Markdown devem ser a fonte de edição principal.
- Assumo que o projeto deve priorizar 2026 como fase de base ética e operacional, 2027 como fase de escola piloto, captação e planejamento, e 2028 como fase de consolidação IPHAN/materiais de acesso público autorizado.
- Verificações oficiais usadas: FUNAI/MNPI Chamada de Projetos Culturais 2026, IPHAN/MinC sobre Kene Kuĩ, IPHAN Inventários Participativos e marca coletiva/INPI.